

Exmos. Senhores Deputados da Assembleia Legislativa Regional eleitos pelo Pico

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Madalena

Exmos. Senhores Vereadores e Exmas. Senhoras Vereadoras da Câmara Municipal da Madalena

Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia

Exmos. Senhores e Exmas. Senhoras Deputados Municipais

Exmos. Senhores e Senhoras Presidentes das Assembleias de Freguesia

Exmo. Senhor Presidente da Madalena Progresso e restantes membros do Conselho de Administração

Exmos. Senhores membros do Conselho de Administração da Madalenagir

Exmo. Senhor representante da Construções Europa Ar-lindo, SA.

Exmo. Senhor representante da Sousa Lima & Rocha Reis, Lda. responsável pelos projetos

Meus caros amigos e funcionários da Câmara Municipal

Demais convidados

Meus senhores e minhas senhoras

A circunstância de estarmos hoje aqui para a assinatura da Consignação das empreitadas de construção do Auditório Municipal e da Biblioteca Municipal da Madalena tem um significado muito especial. Por três ordens de razões, que me permito expor-vos sucintamente.

As primeiras são de natureza política. Digo-o com frontalidade, sem peias e sem subterfúgios. Os tempos mais recentes têm sido pródigos em amesquinhar o Poder Local, particularmente as Câmaras Municipais. Há muito que se dedicam ao exercício fácil de dizer mal de nós, como um todo, que é uma maneira traiçoeira de dialogar em democracia. Generalizar é sempre um ato pouco inteligente de avaliar uma situação. É preciso que se lhes diga que sem Poder Local, a nossa Região continuaria na cauda do progresso. Não quero alongar-me, mas peço aos mais velhos que se lembrem como era viver no Pico há quarenta anos. Basta esse pequeno exercício. A Autonomia e o Poder Local Autárquico mudaram o rosto, para melhor, da nossa Região. Temos estradas, temos Escolas, temos creches, infantários, Centros de dia e de convívio, temos todo o tipo de recintos

desportivos, temos aeroportos, temos Centros de saúde, temos ligações entre ilhas, temos casas de cultura e recreio, temos apoios de todo o tipo para o desenvolvimento social e cultural. Temos tudo o que precisamos e nas condições desejáveis? É claro que não. Mas para manter o bom que temos e fazer o que ainda falta fazer, para melhorar sempre e sempre, uma das condições indispensáveis é termos um Poder Local, democrático, em sintonia com as comunidades, capaz de realizar obra e de defender o ponto de vista das populações junto do Poder político regional e mesmo nacional. Por isso, afirmo o primado do político, através do Poder Local Autárquico, legítimo representante do Povo, para estar na primeira linha da luta pelo desenvolvimento a todos os níveis. Por isso, reclamo o orgulho de fazermos política desta maneira: auscultámos as necessidades e anseios das populações, transformámos tudo isso num Programa político autárquico, colocámo-lo democraticamente em sufrágio e, eleitos, agora estamos a cumprir esse Programa. Um dos exemplos maiores é o que estamos a fazer agora com a consignação das empreitadas de construção do Auditório e da Biblioteca do Município. Se são coisas que alguns querem destruir, contem connosco para uma luta acesa.

Outra ordem de razões, prende-se com questões de estratégia. Muito haveria a dizer sobre isto, mas as circunstâncias aconselham a brevidade. Contudo, deixem-me realçar alguns aspetos. Nunca fomos nem queremos ser um Concelho de betão, de uma só cor. Prezamos um desenvolvimento equilibrado, onde cada coisa tem o seu lugar próprio. Precisamos de lutar pelas coisas de maneiras diferentes, para cada obstáculo uma solução. Temos uma boa rede viária, uma boa rede de abastecimento de água para consumo humano e para apoio à agropecuária, somos o centro da Ilha na ligação com as duas outras do Triângulo, e os nossos esforços junto do Governo Regional dão os seus frutos, como está agora à vista de todos, quer neste aspeto particular, com a obra de Reordenamento e Requalificação do Porto e a nova Gare Marítima, quer, noutra domínio, com a construção do maior e melhor Centro de Saúde da Ilha; temos uma boa rede de equipamentos desportivos e clubes e associações apoiados, uma boa Rede escolar do ensino básico e secundário, escola profissional e ensino artístico. Todos sabem que muito mais poderia enumerar. Temos

uma excelente base de existência comunitária. Falta-nos dar passos mais largos. Dar mais força a uma estratégia de desenvolvimento. É isso que estamos a fazer agora com a consignação das empreitadas de construção do Auditório e da Biblioteca do Município, elementos chave para cimentar uma política integrada de desenvolvimento cultural, isto é, em estreita ligação com as muito variadas formas de organização da cultura de raiz popular e tradicional.

A terceira ordem de razões prende-se, naturalmente, com as anteriores – e é inevitável por, infelizmente, ser de referência obrigatória. Prende-se, como se adivinha, com a dita crise económico-financeira do País e da União Europeia (e do mundo, enfim!). Não há dinheiro. É verdade. Em abril do ano passado, o então ministro das Finanças proclamava ao país que se não tivéssemos ajuda externa não haveria dinheiro para pagar os salários da Função Pública. Veio a ajuda externa, temos dinheiro para pagar os salários da Função Pública, embora com cortes muito gravosos. As Câmaras Municipais sofreram cortes muito acentuados. No nosso caso, como é sabido, somos este ano objeto de uma redução global das transferências do OGE em 5%, o que desde logo reduz a nossa margem de atuação. Outros fatores de incidência negativa, por exemplo, são os que decorrem do exercício de 2011: decréscimo de 2,45 % nas transferências do OGE de 2011, imposta pela DG das Autarquias Locais, por conta de regularização de dívida a ADSE. Ou a retenção efetuada mensalmente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente, por conta do Serviço Nacional de Saúde num montante global de 80.140 euros. São alguns dados importantes para vos dizer que o quadro em que agora cumprimos o objetivo, o compromisso, destas duas construções, é possível porque realizamos uma gestão de rigor e de equilíbrio financeiro. Porque temos convicção que é nosso profundo dever não baixar os braços, fazer das fraquezas forças, e, com realismo mas com ambição, não deixar de levar por diante aquilo em que acreditamos e que temos o dever ético e político de cumprir, porque foi para isso que recebemos um mandato democrático. E, já agora, voltando às razões iniciais, dar uma bofetada sem luva a quem, perto ou longe, faz da maledicência desporto favorito.

Fico-me por aqui na exposição das ordens de razões que enquadram este importante ato de consignação. Não tenho dúvidas que se perceberá melhor a sua importância, o papel que irão desempenhar no nosso futuro a nova Biblioteca Municipal e o Auditório Municipal.

Com estas construções de raiz, o Concelho da Madalena dá um passo importante para o desenvolvimento sócio-cultural e económico do Concelho. Com efeito, a nova Biblioteca irá oferecer no futuro próximo a todos os munícipes e a todos os habitantes da Ilha, um serviço de grande qualidade, com o aproveitamento pleno do espólio existente, com nova aquisições, e uma política de estímulo à leitura, através de um grande e diversificado conjunto de iniciativas de animação e pedagogia.

Por outro lado, o Auditório, que merece bem mais o nome de Teatro de Ilha, pois, pela sua dimensão e qualidade técnica, além da lotação de 400 lugares, cumprirá seguramente esse inquestionável lugar. A sua conceção prevê todas as condições para a receção de todo o tipo de espetáculos de palco, bem como de cinema, congressos e outras iniciativas. Com espaços interiores e exteriores com possibilidades de uso público, e de usufruto da envolvente, o futuro teatro municipal da Madalena terá, como viram, a companhia vizinha da nova Biblioteca Municipal, o que potencia o uso social dos equipamentos e releva mais cada um deles.

Estes dois equipamentos sócio-culturais terão áreas construídas com cerca de 4 mil metros quadrados.

A título informativo, sem prejuízo de outras indicações mais detalhadas, digo-vos que a Biblioteca Municipal tem um valor de construção de 1.295.518,95 euros (acrescidos de IVA), e é da responsabilidade da Empresa Municipal MADALENA PROGRESSO, E.E.M. Esta obra é cofinanciada pelo Proconvergência em 85%. O seu prazo de execução é de 15 meses.

O Auditório Municipal tem um valor de construção de 2.771.567,31 euros (acrescidos de IVA), e é da responsabilidade da MADALENAGIR, S.A. O prazo de execução da obra é de 18 meses.

Ambas as obras foram adjudicadas à empresa Construções Europa Ar-Lindo, S.A.

Uma palavra final sobre os projetos, da autoria dos arquitetos Nicolau Sousa Lima e Miguel Rocha Reis, aqui representados. Os projetos, além de serem de excelente qualidade conceptual e técnica, incluem diversas opiniões técnicas especializadas, contribuindo assim para a melhor adaptação possível às condições locais e ao seu pleno usufruto pela população. São dois projetos que se enquadram perfeitamente nos nossos objetivos de dinamização cultural, de lazer e de desenvolvimento – é preciso que se diga, por exemplo, que o teatro permite pela primeira vez na história da ilha do Pico, que se apresentem, com condições técnicas (espaço e acústicas), uma companhia de ópera, de dança, o cinema ou uma orquestra sinfónica, e onde também as nossas Filarmónicas e grupos musicais e etnográficos poderão potenciar as suas qualidades cimentadas ao longo de anos.

Por tudo isto, estou convicto que damos hoje um passo importante na vida concelhia.

Obrigado pela vossa presença.

Bem hajam.